



Visão dos fonoaudiólogos em relação à violência intrafamiliar contra pacientes crianças e/ou adolescentes

Palavras-Chave: FONOAUDIOLOGIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, VIOLÊNCIA

Autores(as):

AMEL RITA LATIF IBRAHIM, UNICAMP- FCM

Prof^a. Dr^a. IRANI RODRIGUES MALDONADE, UNICAMP-FCM

INTRODUÇÃO:

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes configura-se como uma grave violação dos direitos humanos, afetando diretamente o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social de mais de um bilhão de indivíduos anualmente em todo o mundo (WHO, 2020). Trata-se de um fenômeno complexo, que assume diferentes formas – física, sexual, psicológica e negligência – e ocorre no seio das relações familiares, muitas vezes sendo silenciado pelo medo, pela dependência emocional ou econômica, e por construções culturais que naturalizam práticas violentas (LIMA et al., 2020).

No Brasil, o cenário é alarmante. Dados de organizações nacionais e internacionais apontam um aumento significativo nas notificações de violência contra crianças nos últimos anos, com destaque para os casos ocorridos no ambiente doméstico. Estima-se que cerca de 15 mil mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes ocorreram no país entre 2021 e 2023, com a maioria dos casos tendo como autores membros da própria família (UNICEF, 2024). A vulnerabilidade social, as desigualdades de gênero e o racismo estrutural agravam ainda mais essa realidade, principalmente entre populações periféricas e em situação de pobreza. O impacto da violência se estende para além do episódio imediato, gerando efeitos prolongados sobre a saúde mental, o desempenho escolar e o desenvolvimento da linguagem das vítimas (NUNES et al., 2020).

Nesse contexto, os profissionais da saúde são figuras centrais na identificação precoce da violência, na escuta qualificada das vítimas e na realização da notificação compulsória – um instrumento legal e ético que visa acionar a rede de proteção e garantir os direitos das crianças e adolescentes (BRASIL, 1990). Entre esses profissionais, o fonoaudiólogo ocupa um papel singular, por atuar diretamente com o desenvolvimento da linguagem/comunicação e das interações sociais, podendo captar sinais verbais e não verbais de sofrimento psíquico e violação de direitos (ACIOLI et al., 2011; DE CESARO et al., 2016).

Apesar dessa posição estratégica, a atuação fonoaudiológica diante da violência intrafamiliar ainda é pouco explorada na literatura científica e nos espaços de formação. Muitos profissionais relatam insegurança diante da temática, desconhecimento sobre os fluxos de encaminhamento e ausência de preparo institucional para lidar com situações de vulnerabilidade (NOGUCHI, 2005; MUNIZ et al., 2022). A falta de articulação com a rede de proteção, a inexistência de protocolos específicos nos serviços de saúde e a sobrecarga de trabalho também dificultam o reconhecimento e a resposta adequada aos casos (RIBEIRO; FERNANDES; MELO, 2021; RODRIGUES et al., 2023).

Portanto, compreender como fonoaudiólogos que atuam com crianças e adolescentes percebem e enfrentam situações de violência intrafamiliar é fundamental para aprimorar a formação profissional, fortalecer as redes de cuidado e contribuir para políticas públicas mais efetivas. Com base nisso, a presente pesquisa teve como objetivo investigar a visão de fonoaudiólogos sobre a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, analisando seus discursos, práticas e desafios no contexto da atuação clínica.

METODOLOGIA:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e abordagem descritiva, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP (CAAE: 84490824.0.0000.5404). Participaram 15 fonoaudiólogos que atendem crianças e adolescentes em diferentes contextos clínicos no estado de São Paulo. A seleção dos participantes foi realizada por meio de convite digital, considerando os critérios de atuação com a população infantojuvenil e aceitação livre e esclarecida.

As entrevistas foram realizadas remotamente, a partir de um questionário semi-estruturado que abordava o conhecimento dos profissionais sobre a temática, experiências anteriores com casos de violência, condutas adotadas e relação com a rede de proteção. As respostas foram transcritas e organizadas para posterior análise com base na Análise de Discurso. Essa metodologia permitiu explorar os sentidos atribuídos pelos participantes, considerando seu posicionamento social, institucional e subjetivo.

Os dados foram agrupados em três categorias principais, conforme o tipo de serviço em que os fonoaudiólogos atuam: setor público, setor privado e ambos os setores. Isso possibilitou uma análise comparativa das condições de trabalho, percepções e dificuldades enfrentadas nos diferentes contextos. Também foram observadas nuances discursivas associadas à experiência prévia, ao vínculo com instituições públicas e à formação acadêmica recebida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O número total de participantes que responderam ao formulário de interesse e tiveram disponibilidade para a entrevista foi de 15 fonoaudiólogos. Destes, 14 eram do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Os anos de formação variaram entre 1998 e 2023. A maioria (80%) cursou graduação em instituições

públicas. Os profissionais atuam em diferentes municípios do Estado de São Paulo, incluindo Campinas, São Paulo, Sorocaba, Ribeirão Preto, Limeira, Sumaré, Mogi Guaçu, Aguaí, Capivari, Marília e Indaiatuba. Quanto ao setor de atuação, 5 (33,3%) atuam exclusivamente no setor público, 5 (33,3%) no setor privado e 5 (33,3%) em ambos os setores. As áreas de atuação mais citadas foram Linguagem, TEA e Motricidade Orofacial Infantil. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A partir da análise das entrevistas, três eixos principais foram identificados: percepção sobre a violência intrafamiliar, condutas profissionais diante da suspeita ou confirmação, e articulação com a rede de proteção.

1. Percepção da violência intrafamiliar no contexto clínico

A maioria (86,7%) relatou contato com casos de suspeita ou confirmação de violência. Os sinais mais observados foram alterações de comportamento (retraimento, agressividade), atraso na linguagem e dificuldades no vínculo terapêutico. Tais indicadores estão em consonância com De Cesaro et al. (2016) e Noguchi (2004), que apontam a linguagem e o comportamento como marcadores do sofrimento psíquico infantil.



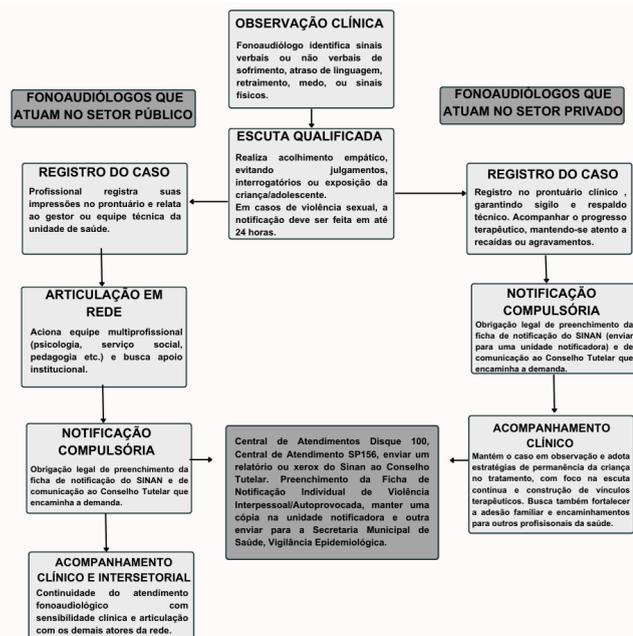
Tabela 1- Resultados dos sinais de violência mais relatados pelos fonoaudiólogos

2. Condutas adotadas e barreiras na notificação

Apesar do reconhecimento dos sinais, muitos profissionais relataram insegurança quanto à conduta adequada diante da suspeita de violência. Os profissionais do setor privado demonstraram maior hesitação, 3 dos 5 profissionais relataram intervir por meio de orientações parentais, vínculos terapêuticos e acolhimento. Dois profissionais relataram dificuldades para realizar encaminhamentos, destacando a descontinuidade do tratamento fonoaudiológico por parte dos pais, ausência de rede de apoio e medo de retaliação como desfecho comum. Tais barreiras são discutidas por Acioli et al. (2011) e Silveira et al. (2022), que destacam a importância da articulação intersetorial e de protocolos claros para atuação segura. Nos profissionais que atuam em ambos os setores e apenas no setor público, 100% relatou a realização de intervenções, com encaminhamento para equipes especializadas, comunicação com familiares e atuação em conjunto com equipe multidisciplinar, além da realização de notificações ao Sinan e ao Conselho Tutelar.

3. Conhecimento e articulação com a rede de proteção

Fonoaudiólogos do setor público relataram maior familiaridade com a rede intersetorial (como o CRAS, CREAS, contato com outros profissionais como assistente social, psicologia), principalmente quando inseridos em contextos como Unidades Básicas de Saúde ou Centros de Referência, contudo, apenas 40% destes relataram ter participado de cursos preparatórios ou programas de formação sobre a temática. Já os profissionais do setor privado demonstraram maior distanciamento desses recursos, sendo que 40% relataram dificuldades em lidar com a complexidade dos casos, a falta de protocolos claros de conduta, de espaços de apoio e formação permanente. De forma geral, 12 dos 15 participantes (80%) afirmaram sentir-se preparados para atender casos de violência intrafamiliar, porém revelaram que há limitações e desconhecimento a respeito da conduta adequada na notificação desses casos. Esses achados condizem com os achados de Ferreira et al. (2020) e Noguchi et al. (2004).



CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi compreender a visão, a conduta e os desafios enfrentados por fonoaudiólogos diante da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Conclui-se que, embora a maioria dos profissionais se mostre sensível à temática e predisposta à atuação, persistem obstáculos importantes relacionados à formação, ao suporte institucional e à efetividade das condutas, especialmente no setor privado.

A pesquisa evidencia a relevância de integrar o tema da violência contra crianças e adolescentes de forma transversal nas disciplinas da graduação em Fonoaudiologia, com vistas a ampliar o preparo técnico, ético e emocional dos futuros profissionais. Além disso, destaca-se a importância da produção científica sobre o tema, da implementação de fluxos padronizados de notificação e da construção de redes intersetoriais, que garantam o cuidado integral e a proteção da infância.

A presente pesquisa contribui para ampliar a visibilidade da temática dentro da Fonoaudiologia e pode subsidiar ações formativas, institucionais e políticas que assegurem o direito das crianças a um desenvolvimento seguro, protegido e digno.

BIBLIOGRAFIA

ACIOLI, R. M. L. et al. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: identificação, manejo e conhecimento da rede de referência. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., Recife, v. 11, n. 1, p. 21–28,

jan./mar. 2011.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

DE CESARO, A. M. et al. Alterações de linguagem em crianças vítimas de violência doméstica. *Rev. Bras. Fonoaudiol.*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 215–22, 2016.

LIMA, J. B. Q. et al. Arquitetura silenciosa da violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências. *Rev. Bras. Est. Human.*, Salvador, v. 3, n. 12, p. 186–207, 2020.

MUNIZ, B. A. A.; DANTAS, L. M.; SANTANA, M. M. Notificação de violência infantojuvenil: percepção dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 1–19, 2022.

NOGUCHI, M. S. O dito, o não dito e o mal-dito: o fonoaudiólogo diante da violência familiar contra crianças e adolescentes [tese]. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2005.

NUNES, A. C. P. et al. Violência infantil no Brasil e suas consequências psicológicas: uma revisão sistemática. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 79408–79441, 2020.

RIBEIRO, F. M. A.; FERNANDES, F. E. C. V.; MELO, R. A. Rede de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência na visão dos profissionais. *Rev. Baiana Enferm.*, Salvador, v. 35, e42099, 2021.

RODRIGUES, P. S. et al. As potencialidades e fragilidades da atenção básica na prevenção à violência infantil: revisão integrativa. *Rev. Foco*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 1–16, 2023.

UNICEF. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. 2. ed. Brasília: UNICEF, 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global status report on preventing violence against children. Geneva: WHO, 2020.